

## Texto 4

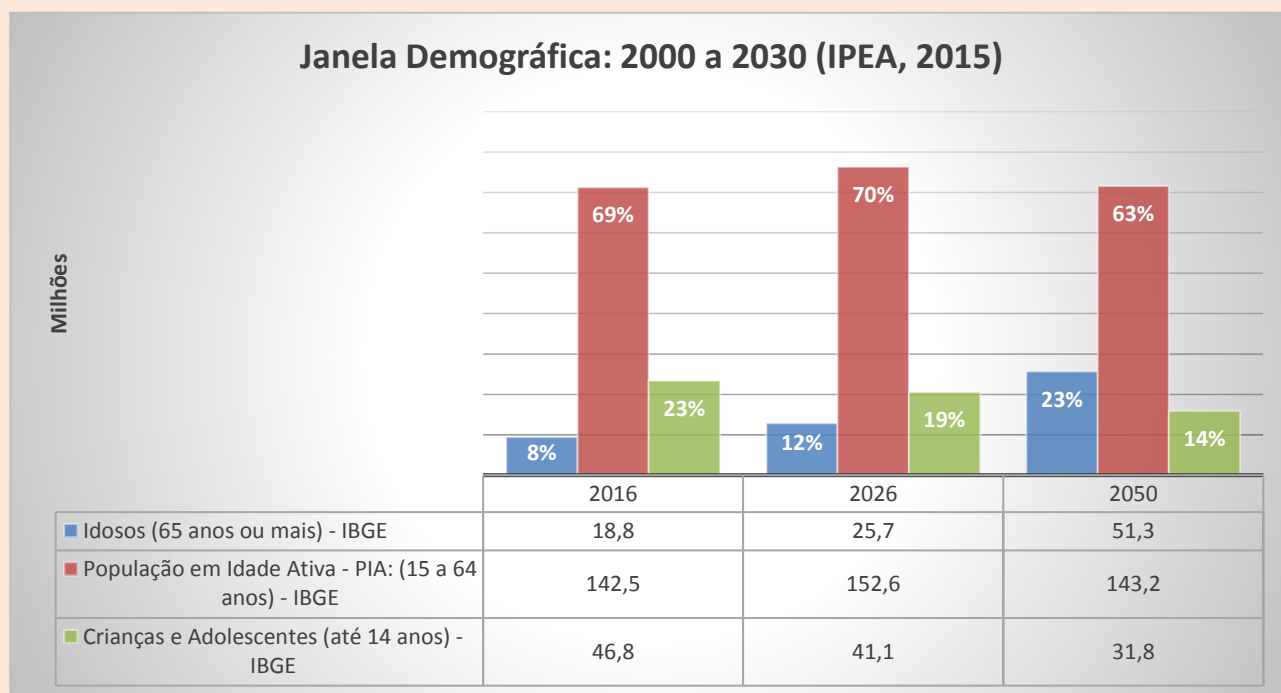
### PLANO DECENAL DO SUAS: UM OLHAR PARA O FUTURO<sup>1</sup>

No nosso segundo texto indicamos que deveríamos tomar por base a estrutura delineada pelo governo federal na construção do Plano Decenal. No decorrer do nosso estudo tratamos do diagnóstico, apresentamos as prioridades, objetivos estratégicos, diretrizes e orientamos que devemos estabelecer nossas metas. Até o momento não nos detalhamos no Prognóstico e no processo de avaliação e monitoramento.

Constatamos que o DIAGNÓSTICO é fundamental para construirmos nosso planejamento para os próximos 10 anos, e faz parte integrante desse documento analisar a perspectiva do futuro do nosso município, ou seja, precisamos fazer um prognóstico da realidade para próxima década. Assim, exibiremos a seguir algumas reflexões que podem contribuir na elaboração desse processo de projetar o futuro.

#### ***Vamos analisar alguns indicadores?***

Os dados demográficos<sup>2</sup> indicam que o **Brasil está envelhecendo...**



<sup>1</sup> Texto organizado por Laurisabel Guimarães Pinheiro, Assistente Social pós-graduada em Políticas Públicas pela UFPE.

<sup>2</sup> Fonte: OIT, 2013; UNFPA, 2012; Nações Unidas, 2012; IPEA, 2015.



Com essas mudanças, no cenário nacional e internacional, algumas tendências devem ser avaliadas, e pensadas formas de atendimento das demandas que esses fenômenos irão apontar para as políticas públicas, tais como: **Feminização da velhice**, a proporção de mulheres em comparação a quantidade de homens na sociedade, gera, conseqüentemente, esse fenômeno. Junto com ele identifica-se as discriminações sexistas e gerofóbicas (por serem mulheres e velhas). Segundo dados do IBGE, cada dia aumenta o número de casais em filhos ou pessoas que vivem sós. Amplia-se o crescimento da população que irá demandar cuidados, etc. Quando olhamos os dados do nosso município devemos nos questionar:



**Qual a visão de futuro, com base nos dados demográficos, do município, nos próximos 10 anos? Quais estratégias iremos planejar para atender as demandas que irão impactar no município? Como poderemos pensar na segurança de renda dessa população? Qual o impacto na concentração de pobreza e desigualdade social?**

O mercado de trabalho, também, terá rebatimentos com essa mudança demográfica, com a redução da população em idade ativa a longo prazo, teremos como desafios: escassez de mão de obra, aumento do desemprego, a necessidade de ampliar a idade mínima para aposentadorias e estímulos para permanência no trabalho. De tal modo, teremos que nos preocupar com algumas questões no futuro, para continuarmos ampliando as garantias sociais.

**Como manter a trajetória de eliminação da pobreza e redução da desigualdade em um cenário econômico adverso? E como a Assistência pode contribuir para isso? O que poderemos/deveremos fazer em um eventual cenário de reversão da tendência de queda da pobreza? O que poderemos/deveremos fazer para dar respostas adequadas no campo da Assistência Social? Como podemos, ao longo dos próximos dez anos, construir e legitimar uma “linha de pobreza” mais ambiciosa, na qual a visão de “mínimos sociais” seja mais “generosa”?**



Outras questões sociais relevantes que não podem deixar de serem analisadas nessa construção são: **Aumento da violência**, temos no país a quarta maior população carcerária do mundo, crescimento do tráfico de drogas, homicídios, roubos. Observamos uma mudança no perfil das **pessoas com deficiência** e beneficiária do Benefício de Prestação Continuada - BPC, hoje somos 2,3 milhões. Desafios ao SUAS: Atenção praticamente restrita ao BPC e necessário avanço na oferta de serviços; parâmetros para o atendimento e relação público/privado. As dificuldades econômicas e sociais nos remetem a ter uma atenção especial a **população em situação de rua**<sup>4</sup>; a **juventude**<sup>5</sup>, **os adolescentes**<sup>6</sup>. As questões relacionadas ao **gênero**<sup>7</sup>, embora o

<sup>3</sup> Acidentes de trânsito, envelhecimento, violência; tecnologias assistivas, elevação da escolaridade e ampliação da participação no trabalho;

<sup>4</sup> Perfil: 82% negros, 53% com idade entre 25 e 44 anos; 28% pretos e 39% pardos; Motivos: problemas familiares (41%), alcoolismo e uso de drogas (35,5%), desemprego (29,8%); Condição impactada pela dinâmica populacional urbana, crises econômicas, uso abusivo de drogas, migrações. Fonte: Pesquisa MDS 2008/2009.

<sup>5</sup> A fecundidade mais elevada entre a população pobre, menos escolarizada e **jovem**, de 15 a 24 anos. A gravidez entre adolescentes é ainda considerada alta (67,2 nascimentos por mil adol em 2010).

<sup>6</sup> VIOLÊNCIA COMETIDA POR ADOLESCENTES (Levantamento anual SINASE 2012/SDH): Atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas: de 7,5% em 2010 para 26,6% em 2011. Taxa de restrição e privação de liberdade: de 4,5% em 2010 para 10,6%, em 2011. Entre 2010 e 2011: redução de atos graves contra a pessoa: homicídio (14,9% para 8,4%), latrocínio (5,5% para 1,9%), estupro (3,3% para 1,0%) e lesão corporal (2,2% para 1,3%). VIOLÊNCIA SOFRIDA POR ADOLESCENTES (Mapa da violência 2013/Julio Jacobo Waiselfisz). De 2001 a 2011, morreram vítimas de assassinatos um total de 203.225 jovens. Homicídios (2011): 39,3% das causas de mortalidade de jovens (15 a 24 anos), contra 3% das causas de mortalidade de não jovens (abaixo de 15 anos).

<sup>7</sup> O Brasil tem uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo (Pesquisa OMS/2013). 4.762 mulheres foram assassinadas apenas em 2013, média de 13 por dia. 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares. Desse total, 33,2% são parceiros ou ex-parceiros. Enquanto o número de homicídio de mulheres brancas caiu 9,8% entre 2003 e 2013 (de 1.747 para 1.576), os casos envolvendo mulheres negras cresceram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875. Os maiores índices de homicídios de mulheres são registrados nos pequenos municípios, e não nas capitais. Fonte: "Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres", Jacobo Waiselfisz, Julio.

país possua uma política específica para mulher, continuamos noticiando dados alarmantes da violência sofrida por esse público específico.

Outro destaque relevante de tendências referem-se as migrações em relação as populações urbanas e rurais. Ressalta-se um aumento da idade da população da zona rural e um crescimento populacional na zona urbana, a dispersão territorial das populações vulneráveis no campo, maior dificuldade de acesso a direitos e serviços públicos, problemas considerados urbanos interferindo na vida do campo, Ex.: drogas, prostituição, etc.

As questões ambientais - degradações ambientais e mudanças climáticas globais -, devem ser objeto de preocupações. As calamidades vivenciadas pelos municípios, principalmente das zonas da mata do Estado com as chuvas, e no sertão com a seca. Estudos apontam que haverá um aumento da frequência e intensidade dos desastres naturais. ***Quais os impactos disso para a Assistência Social? E como o SUAS deverá se preparar para lidar com este cenário na próxima década?***

Essas são algumas reflexões que precisam ser levadas em consideração na construção do nosso diagnóstico, e consequentemente do nosso Plano. Muitas outras reflexões devem ser reveladas durante o estudo do diagnóstico no município, como por exemplo: os impactos da transposição do Rio São Francisco nos municípios e outras grandes obras e barragens.

Com tantos desafios, reafirmamos a necessidade urgente de fortalecer a integralidade e a intersetorialidade das políticas públicas no enfrentamento as várias situações apontadas na perspectiva de futuro. As políticas de Assistência, Educação e Direitos Humanos das crianças e adolescentes estão elaborando ou possuem planos norteadores com visão de futuro, ***COMO FAZERMOS COM QUE ESSES ESFORÇOS DIALOGUEM?*** Precisamos criar estratégias neste sentido, haja vista os usuários serem os mesmos, os territórios serem os mesmos, e a intensão de ampliar o acesso aos direitos também.

Por fim, devemos pensar no processo de **monitoramento** e **avaliação**. É preciso ter clareza que o planejamento, o monitoramento e a avaliação fazem parte de um ciclo avaliativo - na implantação e implementação das políticas públicas - que não pode ser desassociado de forma a buscar a melhor apreensão e a mais acurada vigilância socioassistencial contínua, entendendo-a como importante função da Política de Assistência Social. Aqui cabe refletirmos sobre o que diferencia o **monitoramento** da **avaliação**. De acordo com VAISTSMAN,

***"Enquanto o monitoramento é um processo contínuo, inerente aos processos de gestão, a avaliação consiste em estudos com diferentes objetivos, como melhorar a qualidade dos processos de implementação, ou verificar se os programas estão alcançando os resultados esperados e, em caso negativo, o porquê. As avaliações procuram responder a perguntas específicas, propor medidas de correção e orientar as decisões de gestores de diferentes níveis. É nesse sentido que devem integrar o ciclo mais amplo das políticas***

**(...) que engloba os processos de formulação e implementação. ”**

Segundo Raposo (2001, p. 93):

***“Avaliação é um processo crítico de identificação, monitoramento e aferição de situações, processos e resultados. Essas três possibilidades – situações, processos e resultados –, se colocadas na linha do tempo, facilitam a compreensão das diversas etapas de um processo de avaliação”.***



Com base nessa linha, pode-se verificar que a construção do II Plano Decenal está em conformidade com a avaliação de resultados e impactos que foram alcançados nos 10 anos de implementação do SUAS e definidos no I Plano Decenal. E no atual momento, estamos realizando uma avaliação da situação no município – Diagnóstico –, para iniciarmos um novo ciclo de avaliação de processo – Monitoramento, e posteriormente, estarmos reavaliando os impactos do nosso II Plano Decenal.

Avaliação é um processo sistemático de coleta de informações sobre as ações, características e resultados, a partir de critérios divulgados, que visam determinar seu mérito e relevância, sua qualidade, utilidade ou efetividade, gerando recomendações para sua correção ou ajustes. No campo social o processo avaliativo deve ter um olhar especial para perceber os impactos.

Vale salientar que a avaliação de políticas públicas tem como objetivo produzir **conhecimento**: monitora-se uma determinada política ou programa social para identificar as condições em que se desenvolveram dificuldades ou fatores que

interferem no bom êxito. E objetiva também verificar o grau de **eficiência**<sup>8</sup>, **eficácia**<sup>9</sup> e **efetividade**<sup>10</sup> com que as ações estão sendo desenvolvidas visando reduzir custos, definir estratégias para utilizá-los de forma mais adequada ou ainda tornar público os gastos para os sujeitos interessados.

O **Monitoramento** consiste no acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda. O **Monitoramento** se realiza por meio de **indicadores** construídos a fim de disponibilizar informações e possibilitar a verificação sobre os objetivos e metas atingidos. Os indicadores são instrumentos de medição. São sinalizadores que indicam os processos, resultados e impactos que são esperados e devem ser obtidos. Os indicadores orientam as informações que devem ser coletadas acerca das ações que estão sendo Monitoradas e Avaliadas.

Neste sentido, temos que definir os indicadores, os parâmetros a serem verificados na avaliação da efetivação do Plano no âmbito municipal. Os mesmos podem ser: **De processo**: Identifica a realização das ações e procedimentos; **De resultado**: Identifica a obtenção do produto de uma ação. **De impacto**: Identifica a repercussão da ação no cenário mais amplo (contexto e longo prazo).

Chegamos ao fim do nosso estudo, espero ter contribuído nessa reflexão sobre a construção do Plano Decenal, e que principalmente, tenhamos clareza da real importância da realização de um Diagnóstico Socioterritorial que retrate as demandas do município, e nos traga elementos para o estabelecimento de prioridades, objetivos, metas e indicadores que atenda as especificidades dos territórios de atuação da nossa política. Para concluirmos esse curso sugiro a leitura do texto: **"VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E A CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SOCIOTERRITORIAIS: FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO ESSENCIAIS"**.

**Bom trabalho para todos(as). AVANTE SUAS!!!!!!!**

---

<sup>8</sup> **Eficiência** – A gestão de um projeto será tão mais eficiente quanto menor custo e maior o benefício introduzido por unidade atingida. Um dos desafios metodológicos neste tipo de avaliação é que custo e benefício nem sempre podem ser mensurados monetariamente;

<sup>9</sup> **Eficácia** – avalia o quanto é adequada à relação estabelecida entre meios e fins no desenvolvimento do plano: o quanto foi capaz de atingir objetivos e metas. Ou, o nível de adequação da forma de execução, frente a seus princípios éticos e aos objetivos;

<sup>10</sup> **Efetividade** – avalia o quanto o plano foi capaz de produzir mudanças significativas e duradouras no público alvo atingido. Para medir o seu grau de efetividade, torna-se necessária à adoção de uma perspectiva comparativa entre o "antes" e o "depois".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento Social - intencionalidade e instrumentação. Lisboa: Veras Editora, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Dicionário de termos técnicos da assistência social. Belo Horizonte: ASCOM, 2007. 132 p.

BRASIL. Constituição Federal; 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, novembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS; 2005.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH – SUAS; 2006.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS; 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 32 de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE MAIO DE 2016. Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026).

FREITAS, Aparecida do Rocio; OLIVEIRA, Neuza Corte de. Planejamento e Gestão estratégica. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

JULIO, Jacobo Waiselfisz. "Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil". Brasília - DF. 2013

JULIO, Jacobo Waiselfisz. "Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres". 1ª Edição. Brasília - DF. 2015

LAISNER, Regina; PAVARINA, Paula. O papel estratégico do diagnóstico socioterritorial para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPPs Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp Franca/Brasil.

NUNES FILHO, Paulo de Souza. Planejamento estratégico governamental. Bahia: Secretaria da Administração do Estado da Bahia, 2012. 104 slides, color.



REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA E SILVA, M.O; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. SP: Cortes, 2004.

VAITSMAN Jeni (org.). O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: *a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil*. UNESCO 2006.